

CONFERÊNCIA

LEITURA E DIVERSIDADE¹

Marisa Vorraber Costa (Ufrgs/Ulbra)

Dois enormes campos de investigação estão implicados no título desta conferência e o convite que me fizeram os organizadores do 17º COLE significou um grande desafio. Sou muito grata pelo convite e me sinto honrada pela oportunidade de abordar esse tema: Leitura e Diversidade.

Preâmbulo I

Sou professora, sou pesquisadora e também uma teórica; eu estudo, eu pesquiso, eu escrevo, eu ensino e eu crio. Invento modos de olhar, maneiras de investigar, formas de pensar. E nada do que eu faço pode ser realizado sozinha. Minhas criações, meus escritos e invenções compõem-se nas entrelinhas de outras produções; fazem parte de uma tessitura que não me pertence exclusivamente. Aliás, não se cria nem se inventa ou se escreve numa tabula rasa, num vazio. Nos infiltramos em sendas abertas, em possibilidades que nos atraem porque apontam em direções que nos fascinam, desafiam e dão prazer.

Professoras e professores também criam e inventam. Às vezes conseguem compor uma aula tão bem tecida que se transforma em “*bestseller*”. Como a obra premiada de um escritor, a aula bem tramada de um mestre suscita debates acalorados, manifestações de prazer e gestos afetuosos e entusiasmados. Tanto alunos como professor ou professora não a esquecem jamais. Mas assim como nem todos os livros de um escritor são um *bestseller*, nem todas as aulas de um professor ou professora são composições elogiadas e inesquecíveis. O que eu quis sublinhar, aqui, é que uma boa aula, assim como um bom livro, um bom filme, um belo edifício ou uma boa tese, são composições criativas, são tessituras intelectuais que enaltecem seu construtor/inventor/produtor/autor/escritor.

¹ O texto para esta conferência foi composto, em algumas passagens, recorrendo a outros, de minha autoria, já publicados. São eles: Costa (2005, 2009a, 2009b), Costa e Momo (2009), Martins e Costa (2009).

“*Texto* quer dizer *Tecido*; (...) no tecido, a idéia gerativa de que o texto se faz, se trabalha através de um entrelaçamento perpétuo; perdido neste tecido – nesta textura – o sujeito se desfaz nele, qual uma aranha que se dissolvesse ela mesma nas secreções construtivas de sua teia.” (Barthes, 2008, p.74.)

Preâmbulo II

Escolhi para esta Conferência articular uma discussão movimentando-me naquele terreno que me é mais familiar – o dos Estudos Culturais (EC) –, onde tenho encontrado concepções, tipos de análise e formas de pensar que vêm me ajudando a olhar o *avesso* de algumas certezas. Emprego a metáfora *avesso* para reportar-me aos *alinhavos, dobras, costuras, bordados, remendos acabamentos* – tudo aquilo que diz respeito à *tessitura* de uma idéia aceita como verdade – que nos fizeram chegar a pensar sobre tais certezas da forma que o fazemos.

E quando digo isso, refiro-me a investigar como as coisas se tornam o que são. Que interesses, poderes, prazeres, riscos, estão implicados nas formas como nos conduzimos, nas formas como pensamos sobre nós mesmos e sobre o que nos cerca. O que posso prometer é apenas uma tentativa de problematização, mas nada seguro, nada indubitável, nada definitivo; apenas hipóteses provisórias, leituras possíveis, palpites, que talvez nos levem a pensar diferentemente do que vínhamos fazendo. Algo como armar uma perspectiva para ver e refletir; algo que nos ajude, quem sabe, a “responder a uma urgência”, a articular nossas pequenas lutas diárias. Pois, como nos sugere Foucault (1995), em uma de suas entrevistas, “(...) nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso. (...) Acho que a escolha ético-política que devemos fazer a cada dia é determinar qual é o principal perigo.” (Foucault, 1995, p.256)

O que me move, então, é a certeza de que não podemos manter-nos à margem das tensas e intrigantes condições culturais em que vivemos hoje, dos problemas gestados nos jogos de poder/saber embutidos nas lógicas vigentes.

Preâmbulo III

Integra esta Conferência um texto composto por um conjunto de mais de quinhentas imagens (fotografias, peças publicitárias, campanhas midiáticas, banners, ilustrações, etc.) e quatro vídeos publicitários curtos, que exploram a *diversidade*. Totalmente coletado na internet, este texto visual é apresentado concomitantemente à exposição oral, desafiando a platéia a acompanhar as

duas narrativas e a operar com ambas, simultaneamente, na compreensão da argumentação exposta. Especialmente, ao reunir esta coleção de materiais visuais, dei preferência àqueles que me ajudassem a demonstrar o uso conveniente da diversidade na convocação para o consumo. Tomo o consumo no sentido que lhe atribui Zygmunt Bauman (2008), de algo que não se restringe a uma prática banal do dia a dia – com raízes antigas e que atravessou os séculos –, transformando-se em eixo organizador das sociedades do presente, fonte de inspiração para a modelagem de uma enorme variedade de formas de vida e de padrões de relação entre as pessoas.

Qualquer membro da platéia ou leitor/leitora interessado que desejasse ter acesso a estas imagens poderia facilmente compor seu próprio acervo usando o Google. Basta, para isso, recorrer às palavras-chave *diversidade - imagens* ou *diversidade - fotos*, ou mesmo *identidades - fotos*, *diferença - imagens*, *multiculturalismo - imagens*, *multiculturalismo - vídeos* e assim por diante.

UM ACORDO SEMÂNTICO INSTRUMENTAL E PROVISÓRIO

Início a abordagem do tema que me foi proposto para esta conferência – *Leitura e diversidade* – com uma tentativa de nos colocarmos minimamente de acordo acerca dos dois conceitos centrais implicados nela. Como pesquisadora dos Estudos Culturais, tomo-as como *representações* resultantes da constante atribuição de sentido que tem lugar na arena cultural.

Leitura e diversidade são termos que, associados (ou em conexão), integram o vocabulário disseminado hoje no discurso amplo e matizado do campo da educação, e que chegaram até aí quando as fronteiras do discurso educacional foram atravessadas por aqueles provenientes de outros campos como a Teoria Cultural, a História Cultural, a Filosofia pós-metafísica, a Sociologia da Cultura, os Estudos Culturais, a Crítica Literária, a Ecologia e tantos outros. Interessa-me aqui, neste momento, apenas mencionar rapidamente *o que* e *como* temos pensado sobre tais representações. Não para capturá-las em significados incontestes, definitivos, pois sabemos que eles são flutuantes, mas porque precisamos deles para iniciar uma conversação que possa nos conduzir, quem sabe, para fora de algumas redes

que aprisionam os significados, mesmo que nesse movimento nos enleemos em outros fios e tramas.

Comecemos a falar um pouco sobre *leitura*

Estou considerando leitura como uma prática cultural que implica apropriação, invenção e produção de significados, no que me inspiro em Chartier (1998). Nesse sentido, o texto (que no campo de análise dos Estudos Culturais contemporâneos pode ser um livro, um poema, um quadro, uma peça publicitária, um filme, uma fotografia, e assim por diante..) não tem seu sentido aprisionado, fixado pelo autor, pelo divulgador, ou pelo leitor. Contudo, não há liberdade absoluta seja naquilo que se deseja expressar, seja na significação. Ambos – *expressão* e *significação* – estão inscritos no rol de possibilidades e de matizes de significado provenientes de uma cultura, dos jogos de poder-saber que têm lugar dentro dela, da “ordem do discurso”, daquilo que regula o que vigora como verdadeiro. (Foucault, 1996)

E aqui penso ser pertinente invocar o que diz Beatriz Sarlo (na crônica *A Máquina de ler*, do livro *Instantâneas*, 1997):

“É indiferente o suporte material da leitura: uma página impressa? um microfilme? a tela de um computador? um holograma? No limite, todos exigem essa capacidade infinitamente difícil: interpretar algo que foi escrito por outro. Ler é sempre, de algum modo, traduzir.” (p. 194).

E a tradução se verifica em um horizonte de significação que a circunscreve, que ao mesmo tempo em que a comporta e possibilita, também demarca e restringe.

Quero dizer com isso que, quando lemos, operamos no interior de uma gramática cultural (e de uma política cultural) que nos fornecem os elementos e os limites para os significados que somos capazes de apreender e inventar.

Podemos e devemos matizar isto, uma vez que as possibilidades são imensas dentro desse espectro, mas não são infinitas. Como afirma Chartier (1998, p. 92), cada leitor é singular, “(...) mas esta singularidade é atravessada por aquilo que faz este leitor semelhante a todos que pertencem à mesma comunidade de leitores.”

Se prosseguirmos, e agora invocarmos as argumentações sobre a possibilidade de uma “cultura planetária” ou sobre a “mundialização da cultura” (Warnier, 2000) ou sobre a “cultura global” (Featherstone, 1994), poderíamos

afirmar que existe uma comunidade de leitores cujos limites são o planeta, o mundo, o globo terrestre. Contudo, há um outro argumento, que matiza este, afirmando que a cultura global assume cores locais (Hall, 1997), tornando-se então “glocal”. Como o glocal não é mais global e tampouco local, este conceito novamente faz demarcações para o que pode ou não ser tomado como uma comunidade de leitores. Trata-se, então, de uma discussão aberta, matizada, polêmica, e que tem lugar na instabilidade e indefinibilidade daquilo que Bauman (1999) denomina *ambivalência*, uma desordem da função nomeadora, classificadora da linguagem. E também naquilo que, inspirados em Foucault (1996), poderíamos chamar de *economia política da verdade*.

Enfim, cada um de nós, presente hoje nesta conferência, construiu para si uma representação de leitura, um conceito operacional “de algibeira” de que lança mão para atender às suas urgências. Para compô-lo, operou e segue operando com elementos provenientes de um certo tipo de alquimia que se processa nesse trânsito entre comunidades – global, local, glocal – e suas particularidades subjetivas, entendidas estas como resultantes dos investimentos (trabalho, cuidado, burilamento, formatação) que cada sujeito faz sobre si mesmo.

E agora um acordo para falar de *diversidade*

Se recorrermos ao dicionário, veremos que em sua etimologia *diversidade* está associada a *variedade* e *diferença*. Observaremos que a palavra se aproxima de *multiplicidade* e também se relaciona com *desacordo*, *contradição*, *oposição*.

Por outro lado, se nos reportarmos ao relato bíblico sobre Babel, encontraremos a *diversidade* associada a *confusão*, *castigo*, *culpa*, um estigma que parece acompanhar nossa cultura através dos séculos, condenando-nos à busca da expiação do *pecado da diversidade* – que significa também *desordem*, *dispersão*, *descontinuidade*. Segundo esta “leitura” do episódio babélico, *diversidade* é purgação. E isso nos ajudaria a compreender as enormes dificuldades em acolher e lidar com a diversidade; a compreender porque se aspira de forma tão obstinada dar uma ordem ao mundo mediante tantas e tão variadas estratégias de regulação e de controle da diversidade; porque se acredita que eliminando as diferenças seremos redimidos.

Estas nuances de significado estão, de certa forma, presentes nas abordagens da Teoria Cultural sobre a *diversidade*. No vocabulário crítico de Teoria Cultural [e educação] organizado por Silva (2000), encontramos que o uso do vocábulo tem sido associado com a *política cultural da identidade no multiculturalismo*. Neste caso, refere-se à diversidade cultural que caracteriza a sociedade contemporânea, em que se verifica a “coexistência de diferentes e variadas formas de manifestação da existência humana (étnicas, raciais, de gênero, sexuais), as quais não podem ser hierarquizadas por nenhum critério absoluto ou essencial” (p.44). No contexto do multiculturalismo, o termo tem sido empregado para “advogar uma política de *tolerância* e *respeito* entre as diferentes culturas” (id., grifos meus).

Silva (2000) ressalta, contudo, a escassa relevância teórica do conceito de *diversidade* em vista de seu essencialismo cultural ao tomar a diversidade como algo dado, preexistente aos processos sociais que lhe dão origem. Contrapõe a ele os conceitos de “identidade” e “diferença” por enfatizarem o caráter social e politicamente construído da diferença e da identidade. A diversidade, então, não está simplesmente aí. Ela foi construída e disposta aí!

A representação como sistema de significação que torna o mundo inteligível acontece em meio a relações de poder. Quem tem o poder de narrar o outro, de dizer como está constituído, como funciona, que atributos possui é quem dá as cartas na representação. É quem estabelece o que tem ou não valor de verdade, de realidade!

Isso nos alerta para a imensa difusão das retóricas contemporâneas de *celebração da diversidade*, uma vez que podem estar direcionadas à administração das diferenças, à administração dos “outros” das sociedades ditas plurais, para garantir que as práticas sociais, institucionalizadas ou não, correspondam, por um lado, a esse ímpeto unificador, que expiará a culpa da dispersão babélica; por outro (que até pode ser o mesmo), a uma gestão da identidade e da diferença no capitalismo consumista de mercado – o foco problemático que privilegia nesta conferência.

Contemporaneamente, quando falamos de *diversidade* cultural, estamos, de várias maneiras, conectados aos discursos sobre raças, sobre gênero, sobre normalidade e anormalidade, sobre os deficientes, os excepcionais, os estranhos, os pobres, os hiperativos, os gordos, os loucos, os velhos, enfim,

sobre os incontáveis “outros” das sociedades que povoam o planeta. Segundo Rose (1998), “eles fazem parte dos cálculos das forças políticas no que diz respeito às possibilidades e aos problemas enfrentados [pelos países], às prioridades e às políticas” (p. 31).

Todos estes grupos estão, de diferentes formas e intensidades, implicados em práticas de governamentalidade (discursivas e não discursivas), entre elas, aquelas levadas à efeito pela maquinaria escolar, pela mídia, pela literatura, pelas ciências da saúde, etc., etc.

E cá estamos novamente às voltas com a “economia política da verdade”, com o discurso e o poder, com *o que se narra, como se narra* e com *quem tem o poder de narrar o que vale como verdade*. Se prosseguirmos na trilha da lógica que pautou nosso provisório acordo semântico acerca da *leitura*, poderíamos dizer que a *leitura* converge para a *diversidade*, ela combina, afina, vibra na mesma frequência.

Exercitando a leitura sobre diversidade – dois exemplos

A preocupação com as pessoas obesas transformou-se hoje em verdadeira obsessão. Basta ligar a televisão, abrir um jornal, uma revista, um livro, para encontrarmos ensinamentos, regras, normas e conceitos acerca do corpo saudável, em diametral oposição ao corpo gordo. Se circularmos por locais variados como academias de ginástica, bares de faculdade, sites de bate-papo, salas de cinema, etc., observaremos que o tema também ocupa um lugar de destaque não apenas nas conversas, mas na materialidade dos corpos (sarados, plastificados, exercitados, modelados), nos impressos das roupas, nos cartazes de propaganda, nas imagens de *outdoors* e assim por diante.

Afirmamos em um estudo (Martins e Costa, 2009) que isso aponta para o que se pode entender como uma rede de inteligibilidade sobre o *ser gordo*, em operação nas sociedades ocidentais contemporâneas na forma de um “dispositivo da magreza”. A expressão *ser gordo* é empregada porque está em jogo não apenas o corpo gordo, e sim, uma formação discursiva que, para além de referir-se apenas ao corpo, também abarca um modo de vermos e pensarmos a “alma” desses sujeitos.

Se lançarmos mão do conceito de dispositivo de Michel Foucault, é possível falar de uma “rede de inteligibilidade” acerca do sujeito gordo, que isola o gordo como um problema e o institui em oposição a um sujeito “normal”, saudável e desejável – o magro. O dispositivo opera, assim, contra o gordo, e tem como finalidade a prevenção e a modelagem das pessoas em função do menor risco (já que se pode evitar a gordura através do comportamento das pessoas) e do maior ganho social (uma vez que a obesidade onera as redes públicas de saúde com internações, remédios, consultas e cirurgias).

Voltemo-nos agora para um segundo exemplo: os idosos e idosas. A velhice, segundo discursos correntes da atualidade, estaria a exigir estímulo e incentivo em direção a uma vida mais “ativa”, “saudável”, “produtiva” e, dizem, feliz. As cenas de avós passeando com os netos, lendo, papeando ou, simplesmente, jogando tempo e conversa fora são cada vez mais incomuns, sendo substituídas por uma ruidosa campanha identitária que investe na invenção de uma nova imagem em que os idosos são reposicionados e descritos como desejosos e necessitados de atividade, espaço, agilidade e movimentação. Se passarmos nossos olhos por jornais, revistas, anúncios, ou se prestarmos a atenção na sempre crescente oferta de cursos e atividades para pessoas da assim chamada “melhor idade”, seremos surpreendidos por imagens apresentando um enorme repertório de atividades frenéticas em que vemos idosos dançando, cantando, praticando exercícios e esportes, subindo montanhas, saltando de pára-quedas, nadando, percorrendo trilhas, competindo em variadas modalidades, ou mesmo viajando, comprando, apostando, divertindo-se. Deste conjunto poderíamos inequivocamente extrair um enunciado de ordem que diz: “mexa-se!”, numa evidente interpelação cultural que vai constituindo a identidade das pessoas idosas ditas “normais”, adequadas para viverem neste início do terceiro milênio. Os integrantes desse grupo geracional subjetivam-se em meio a discursos que conclamam os idosos a comportarem-se deste novo jeito, adquirindo as performances que os reinscrevem na cultura de seu tempo mergulhados num frenesi existencial. Ao mesmo tempo em que são incitados à atividade intensa e à reinvenção de sua identidade, são também reposicionados estrategicamente no circuito do mercado de consumo capitalista. Pacatos cidadãos e cidadãs são reabilitados nas estatísticas mercadológicas. Eles e elas invadem as academias de

ginástica, adquirem indumentárias e artefatos esportivos, aumentam a oferta de roteiros turísticos diferenciados, lotam aviões e ônibus para destinos usuais ou insólitos, fazem surgir frotas especializadas de transporte nas cidades, ocupam vagas em cursos, adotam dietas específicas e intensificam o consumo de alimentos especiais, bebidas, vitaminas e roupas da moda. E não se pense que toda esta movimentação diz respeito apenas às camadas de poder aquisitivo elevado. Em todas estas ordens de objetos de consumo, sempre há uma versão classe média e até mesmo classe média baixa.

Um dos problemas relacionado ao que acabei de relatar talvez seja a instalação de um alto grau de ansiedade entre os componentes desse grupo, gerado pela necessidade culturalmente criada de comportar-se de acordo com estes indicativos de uma velhice normal e desejável. E não só os idosos são convocados a corresponder a este padrão, também crianças e jovens aspiram ter pais e avós desse tipo.

Poder-se-ia afirmar que a identidade idosa que comentei refere-se apenas a uma das muitas formas como as pessoas dessa geração vêm sendo representadas. Tomei como foco um dos discursos circulantes, talvez aquele que vem sendo fortemente disseminado como, neste caso, a identidade da “velhice padrão da América”. Há, contudo, textos culturais que têm nos colocado frente a frente com outras imagens de idosos, como, por exemplo, as daqueles que habitam os territórios da pobreza material e simbólica, os “outros”, desassistidos, tristes, abandonados e doentes. Não poucas vezes, as estratégias discursivas acionadas na construção destas identidades, atribuem a elas alguns déficits como falta de instrução, de previsão, de organização, dispersão familiar, falta de empenho e trabalho, etc., numa cruel tática de culpabilização da vítima. Porém, constitui medida com acentuado caráter pedagógico, dirigida à coordenação das condutas sociais destas pessoas com vistas a uma correspondência ou encaixe adequado aos desígnios das sociedades neoliberais. Nelas, o sucesso ou o fracasso são vistos como resultantes do esforço individual, ou da falta deste, isentando-se de culpa a conjuntura social, política e econômica.

Tornar as pessoas aptas a lerem um amplo e numeroso espectro de textos culturais é imperativo nas sociedades contemporâneas. A leitura é fundamental para a condução das condutas, pois apenas quem lê (no sentido que já apontamos antes), mesmo que rudimentarmente, pode ser governado (administrado, dirigido, coordenado, gerido, orientado). Daí a importância da escola, que apesar de suas mazelas e dos incontáveis dados relativos à sua incompetência, mantém-se central nas políticas públicas e nas expectativas sociais e familiares. Por pior que seja, a escola sempre é, ainda, um dos principais lugares (senão o principal) em que crianças e jovens aprimoram suas aprendizagens para operar com a gramática cultural indispensável para tornarem-se convocáveis, coordenáveis e governáveis. E isso, para o bem ou para o mal! Preparar para a vida na “sociedade de consumidores” tão bem descrita por Bauman (2008) é uma de suas tarefas.

Eu poderia abordar aqui muitas faces do que estou afirmando, mas optei por uma delas – leitura e diversidade na convocação para o consumo. E o faço comentando as implicações do multiculturalismo e do disseminado fenômeno substantivado como o *politicamente correto*.

O multiculturalismo, um dos mais conhecidos movimentos pela diversidade, conforme já mencionei, dentre as inúmeras críticas que vêm recebendo, tem sido apontado como uma conveniente estratégia do capitalismo neoliberal. Ao mesmo tempo em que acolhe e exalta o Outro no espetáculo contemporâneo da cultura do consumo, também investe maciçamente, em muitas regiões do mundo, na incorporação desses “exóticos outros” ao necessário e crescente contingente de consumidores que mantêm ativo o mercado global do capitalismo tardio.

Assim, celebrar o multiculturalismo, como tem ocorrido usualmente, não significa, necessariamente, que todas as culturas serão atendidas em suas necessidades, peculiaridades e diferenças. Pode significar apenas o incremento de políticas em que elas devem ser incorporadas, convocadas, não interessa que tipo de violência se exerça para que esta “inclusão” se verifique. Esses “outros” são, simultaneamente, consumidos e transformados em consumidores. Exemplos disso podem ser encontrados na moda, que elege, periodicamente, elementos de vestimentas típicas de alguns grupos culturais para figurar nas passarelas que inventam e disseminam “tendências”

internacionais (lembremos China [Olimpíadas de 2008) e Índia [telenovela *Caminho das Índias*], por exemplo). Na mesma trilha dos eventos midiáticos, entram em voga restaurantes dedicados a culinárias com sabores exóticos, como a chinesa, a indiana, a marroquina, etc., simultaneamente a inúmeras ondas de dietas, ginásticas e aparelhos dirigidos à normalização dos obesos para incluí-los. Um obeso “incluído” é mais um consumidor de livros de dietas, de medicamentos e alimentos especiais, de academias, de vestuário, etc., etc., é mais um obeso transformado em cidadão da sociedade de consumidores.

Não é difícil perceber que o multiculturalismo e suas práticas de inclusão e celebração das diferenças foram rapidamente absorvidos pelo capitalismo contemporâneo para legitimar novas estratégias de convocação ao consumo. Na era da supremacia do mercado e da mídia, negros, gays, idosos e tantos outros grupos identitários vêm sendo objeto de uma política de representação que visa reabilitá-los no cenário cultural, seja como cidadãos dignos e merecedores de atenção e respeito, seja como consumidores. Nessa movimentação, tanto suas histórias, como sua condição de vida e suas imagens são estetizadas e veiculadas em textos que circulam no supermercado cultural das identidades. Fotos em revistas, *outdoors* e peças publicitárias de todo o tipo têm sido pródigas em lançar mão da composição “politicamente correta” em que despontam invariavelmente uma pessoa negra, uma branca, uma oriental e mais algum tipo humano “mestiço” ou exótico. Tal imagem tem sido amplamente empregada para vender quase tudo, especialmente vagas em escolas, modas, assinaturas de revistas, bem como para convocar ao ingresso em partidos políticos, em organizações do terceiro setor ou para realizar investimentos em projetos sociais.

Temos aí uma das faces perversas da mais difundida política contemporânea de cidadania.

O “outro” (e seu exotismo) vende especialmente nos períodos de comemorações – como Natal, Páscoa, Dia da Criança, dos Pais, das Mães, dos Namorados e, agora, até no Dia das Bruxas – quando, dentre tantas escolhas possíveis, presenteia-se com barbies caribenhas, árabes, africanas, oferece-se em pôsteres artísticos fotos das crianças indigentes que habitam as regiões mais pobres do planeta, ou compramos CDs e porta-retratos com comoventes (e belas) imagens de mulheres muçulmanas, indígenas, orientais

ou africanas, todas elas maltratadas, sofredoras e andrajosas. Faz-se da compra de mercadorias ato político e aplaca-se a consciência não apenas ajudando quem precisa, mas, quem sabe, até conseguindo reconhecer alguma beleza e alguma dignidade nesses “outros” deserdados da sorte.

Introduz-se também maquilagem para pessoas “de cor”, e bonequinhos negras para garotinhas que já começavam a pensar que todos os bebês “normais” nascem loirinhos! O mercado turístico não fica atrás, e suas ofertas insólitas na forma de “tours em favelas”, e atrações similares, aumentam sua receita com a prática de um abominável *voyeurismo* da pobreza e da desgraça dos “outros”. Tais ofertas são sempre oferecidas em versões selecionadas e tornadas, de alguma forma, palatáveis, para que não choquem demasiadamente, afugentando os clientes.

As redes de mercantilização e consumo investem maciçamente no discurso da responsabilidade social e das políticas de inclusão. A compra de artefatos é revestida de uma aura de ato político, em que o consumo acontece não apenas para mostrar o que se tem e o que se pode, mas também para ajudar o próximo. Eis que surgem as camisetas, pulseiras, bonés e bandas para cabelo anunciando que você está engajado na luta contra o câncer infantil, de mama, a Aids, o fumo, a discriminação aos gays, a exploração sexual de meninas. Em cada uma destas campanhas, em que circula uma variedade incrível de textos culturais (selos, decalcos, folhetos, cartuns, cartazes, filmes, outdoors, peças publicitárias, livros de histórias), de certa forma também consome-se o “outro”.

O problema nessa aproximação entre o capitalismo consumidor e o multiculturalismo não está, obviamente, em reconhecer “o outro” como discriminado, como carente e necessitado de atenção, em visibilizar sua marginalidade para que se invista na melhoria de sua condição e na conquista da igualdade a que tem direito. O problema reside no fato de que, subjacente a essa estratégica política mercantil, está uma política de representação assentada sobre o pressuposto de que a lógica do sistema é correta, coerente e boa. As ações solidárias que surgem numa cidadania desse tipo parecem ser adequadas e desejáveis quanto mais forem rápidas, efetivas, performativas. A tática recomendável é a ação imediata, a *atitude* que faz diferença. Nesse tipo de cidadania, a própria democracia se apresenta como espetáculo, estilo e

consumo. *Just Do It!* Nessa nova ordem, não se pergunta como e por que alguns grupos se tornaram deficitários, carentes, excêntricos. Não se pergunta também por que precisam ser supridos, ajudados, protegidos, tolerados e, tampouco, quais táticas permitiriam intervir nas decisões em prol de seus interesses e necessidades. Tais questionamentos, se ampla e corajosamente formulados e debatidos, contribuiriam para percebermos que o capitalismo consumista não está apenas implicado nesta curiosa e cruel prática de cidadania – em que consumir o “outro” se consagra como ação de reconhecimento da igualdade –, mas também está implicado na produção desse “outro”.

E para mostrar como a literatura não escapa aos contornos dessa mercantilização que invoca políticas de inclusão e de responsabilidade social, vou me referir ao artigo de Kirchof e Silveira (2009), em que ressaltam o papel pedagógico da literatura infantil, exemplificando exatamente com a entrada da temática da diversidade no mercado do livro para crianças. Segundo os autores, nestas obras o universo infantil é representado “como um mundo marcado por diferenças de gênero, raça, idade, deficiência física, entre outros”. E nesta lógica, a questão da diversidade e as diferenças são amplamente exploradas, dissecadas em incontáveis livros com narrativas sobre o índio, sobre o negro, sobre o gordo, sobre o cadeirante, o cego, o velho. Convém sublinhar aqui que também a literatura infantil corresponde aos chamamentos do mercado quando se movimenta neste terreno. Narrativas que incorporam o politicamente correto atendem ao volumoso e sempre crescente mercado editorial de livros com destinação pedagógica. Mais fácil e rapidamente do que outros, eles integram as listas de recomendados de ministérios e secretarias de Estado e alcançam enormes tiragens em suas edições.

E bastará a qualquer um de nós uma mirada nos catálogos das editoras ou nas prateleiras das grandes livrarias para termos uma idéia da fantástica proliferação de títulos nesta matriz. Kirchof e Silveira (2009) chamam, também, a atenção sobre uma certa seleção das diferenças que podem ser exploradas nesses livros, em que as socialmente sancionadas circulam com grande freqüência, enquanto outras, como o homossexualismo, continuam quase um tabu para a literatura infantil.

Tais livros, segundo eles,

podem apresentar a diversidade sob um prisma cor de rosa (“como é bom que sejamos diferentes”); podem abrir espaço para longas preleções pedagógicas, incorporando freqüentemente aspectos biológicos de tal ou qual característica física ou mental, que podem tanto sair da boca de um personagem adulto que ensina às crianças, quanto constituir um paratexto explicativo para professores, e podem apelar – no caso de livros marcadamente religiosos – para uma justificativa transcendental ou de chamamento a sentimentos de caridade e solidariedade. (p. 149)

Finalmente, nesse artigo sobre sua pesquisa, comentam a forma como literatura e pedagogia incorporam o *politicamente correto* e, em sua aliança com a escola, seguem alinhadas na condução das almas e mentes das crianças.

Prossigamos, então, indagando como, em meio a tanta exclusão e discriminação que pautam a vida nas sociedades contemporâneas, a diversidade tornou-se um discurso amplamente disseminado e aparentemente irrefutável?

Stuart Hall (1997) diz que na ótica dos EC as sociedades capitalistas são lugares da desigualdade no que se refere a etnia, sexo, gerações e classes, sendo a cultura o *locus* central onde são estabelecidas e contestadas tais distinções. É na esfera cultural, diz ele, que se dá a luta pela significação, na qual os grupos subordinados procuram fazer frente à imposição de significados que sustentam os interesses dos grupos mais poderosos. Neste sentido, os textos culturais são o próprio local onde o significado é negociado e fixado.

Por outro lado, embora tais lutas persistam embutidas na arena cultural como campo de batalha do significado, alguns estudiosos têm procurado mostrar que é também nela – na arena cultural – que surgem novos tipos de negociação com objetivos distintos.

De acordo com George Yúdice (2006), em meio ao numeroso conjunto de significados acumulados e negociados nos usos da palavra *cultura*, ela se refere a “processos simbólicos que delimitam um dentro e um fora hierarquizados” (p.11) onde “o que está em jogo é a colocação de fronteiras” (p.12). Assim, “a cultura, além de ser transcendência, enaltecimento e identidade compartilhada, é também delimitação, que apóia hierarquias e relações de poder” (p.12).

É dessa face que emergem os efeitos constitutivos da cultura que vão moldar identidades, imagens, sentimentos, práticas sociais e condutas individuais e coletivas. Nos períodos críticos em que conflitos de interesses

estão em jogo, as relações entre cultura, sujeitos e sociedade alteram-se e novas possibilidades de ação surgem, operando disjunções nos processos de delimitação. Os fluxos globais verificados no século XX estariam configurando um desses períodos.

Segundo seu entendimento, emerge contemporaneamente um uso para a cultura que vai implicar em novos significados. Essa nova forma de operar com a cultura é identificada pelo autor mediante o emprego da expressão “a cultura como recurso”:

A noção de cultura como recurso pressupõe seu *gerenciamento*, uma perspectiva que não era característica nem da alta cultura nem da cultura cotidiana no sentido antropológico. E para complicar ainda mais a questão, *a cultura como recurso circula globalmente*, numa velocidade crescente. Conseqüentemente, seu gerenciamento, que por meio século foi dirigido em escala nacional na maioria dos países da Europa, da América Latina e nos Estados Unidos (...), é agora coordenado tanto local quanto supranacionalmente por corporações e pelo setor não-governamental internacional (por exemplo, UNESCO, fundações, ONGs). (Yúdice, 2004, p.17, grifos meus)

Ele expõe a maneira pela qual diferentes grupos – ativistas nativos, nações-estados, organizações não-governamentais, e outros – passaram a ver a cultura como um valioso recurso para investimentos, contestações e outras finalidades e interesses. Nessa direção, a argumentação de Yúdice provê uma grande variedade de exemplos de usos da cultura como recurso, e um de seus focos é procurar entender o que a transformação da cultura em recurso nos ensina sobre nosso período histórico.

Em sua obra traduzida e publicada no Brasi, em 2004 – *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global* – Yúdice trata de mostrar e problematizar a incorporação da cultura ao aparato produtivo como recurso do crescimento econômico, fórmula para solução de conflitos sociais e, inclusive, como criadora de novas oportunidades de trabalho.

Segundo Yúdice (2004), os objetivos hoje são amplos, diversificados e visam bem mais do que vender produtos. E o que está em jogo, argumenta Naomi Klein (2004), outra pesquisadora que estuda este fenômeno, é a possibilidade de inscrever a imagem das organizações na alma das pessoas; tão indelevelmente que elas passam a governar não apenas suas vidas (e aqui pensamos em gosto, preferências, posições políticas, formas de sensibilidade,

estilos, condutas, escolhas...), arregimentando-as em seus exércitos corporativos de consumidores globais, mas também ajudam a forjar suas visões de mundo e de sociedade. Aliar-se a projetos sociais com propósitos democráticos edificantes contribui para posicionar os mega conglomerados mercantis da atualidade em um território protegido, sancionado pela sociedade.

Não deve nos surpreender, assim, que as novelas da Rede Globo de Televisão, ou os episódios do Big Brother Brasil, e tudo o mais que veiculam em seus intervalos comerciais, por exemplo, possam nos ensinar mais sobre as identidades e as políticas culturais neste início do novo milênio do que alguns semestres de disciplinas como História, Sociologia, Geografia ou Literatura, para citar apenas algumas das disciplinas escolares. Os artefatos midiáticos e seu alcance planetário, possibilitado pelo fantástico avanço das tecnologias da informação, da telemática, têm sido os novos professores do mundo globalizado. Em suas salas de aula [quartos, salas de estar], milhões de pessoas aprendem sobre os outros e sobre si mesmos, sobre as identidades, sobre os grupos, os povos, o mundo e como ele funciona. Há um currículo inscrito na cultura e em suas produções que vai nos tornando aquilo que somos. Se temos poder para reverter as direções dominantes que toma este currículo é uma questão que ainda precisamos discutir.

É assim que, para finalizar esta exposição, lembro Edward Said (em *Cultura e Imperialismo*, 1995), quando afirmou que “as histórias estão no cerne daquilo que se diz sobre as identidades”. As histórias inventam as identidades e também a diferença.

Como educadoras e educadores nos deparamos com imensos desafios. Um deles é investigar as narrativas dos textos culturais, desestabilizar as certezas, expor seu caráter construído e, portanto, histórico. Precisamos ler os textos pelo avesso, percorrer seus alinhavos, suas dobras, observar as emendas estratégicas, os recortes e pregas que diminuem volumes, e precisamos forçar, esgarçar as costuras que firmam e fixam os limites. Porém, precisamos também atentar para os “usos da cultura”. Para aquilo que se faz com discursos “politicamente corretos”. Eles estão aí, como vimos, para produzir resultados em um leque muito amplo e discutível de possibilidades.

Dentre outras finalidades, a celebração da diversidade está operando intensamente na convocação para o consumo.

Referências

- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. *Vida para consumo*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: Fund. Editora da UNESP, 1998.
- COSTA, Marisa Vorraber. Diversidade, multiculturalismo e diferença – uma conversa com professores e professoras. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). *Formação de Educadores – trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.
- _____. Consumir o “outro” como prática de cidadania. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org^a). *A educação na cultura da mídia e do consumo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009a.
- _____. O consumismo na sociedade de consumidores. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org^a). *A educação na cultura da mídia e do consumo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009b.
- _____ e MOMO, Mariangela. A conveniência da escola. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas: Autores Associados, v.14, n. 42, set./dez. 2009. (no prelo)
- FEATHERSTONE, Mike (org.). *Cultura Global*. Nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FOUCAULT, Michel. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinov. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Trad. Vera Portocarrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. (p.253-278)
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, v. 22, n.2, jul./dez., 1997.
- KIRCHOF, Edgar Roberto e SILVEIRA, Rosa Hessel. A literatura infantil e a pedagogia do politicamente correto – uma estratégia mercantil. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org^a) *A educação na cultura da mídia e do consumo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- KLEIN, Naomi. *Sem Logo – A tirania das marcas em um planeta vendido*. 4 Ed. Trad. Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2004
- MARTINS, Jaqueline e COSTA, Marisa Vorraber. Sem saída para gordinhos e gordinhas felizes. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org^a). *A educação na cultura da mídia e do consumo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz. T. (Org.) *Liberdades Reguladas*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SARLO, Beatriz. *Instantâneas*. Medios, ciudad y costumbres en el fin de siglo. Buenos Aires: Ariel, 1997.
- SILVA, T.T. *Teoria cultural e educação*. Um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- WARNIER, Jean-Pierre. *A mundialização da cultura*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2000.
- YÚDICE, George. Cultura e educação no novo entorno. In: SOMMER, Luís Henrique; BUJES, Maria Isabel (Orgs.). *Educação e cultura contemporânea: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens*. Canoas: Ed. ULBRA, 2006.
- _____. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Trad. Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

